

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

2024 - 2026



Eficiência, humanização
e inovação



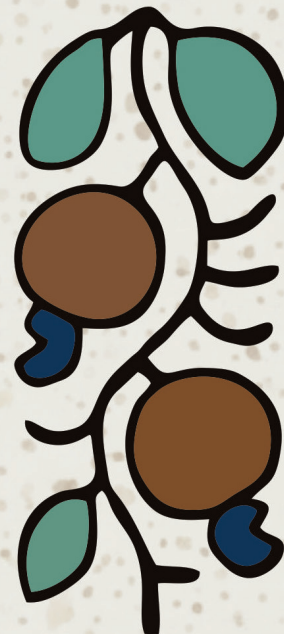
TJPE



RELATÓRIO DE GESTÃO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

2024 - 2026



Assista ao Relatório
de Gestão em vídeo



Eficiência, humanização
e inovação

TJPE

MESA DIRETORA

Gestão 2024-2026



Desembargador Ricardo de Oliveira Paes Barreto
PRESIDENTE



Desembargador Fausto de Castro Campos
1º VICE-PRESIDENTE

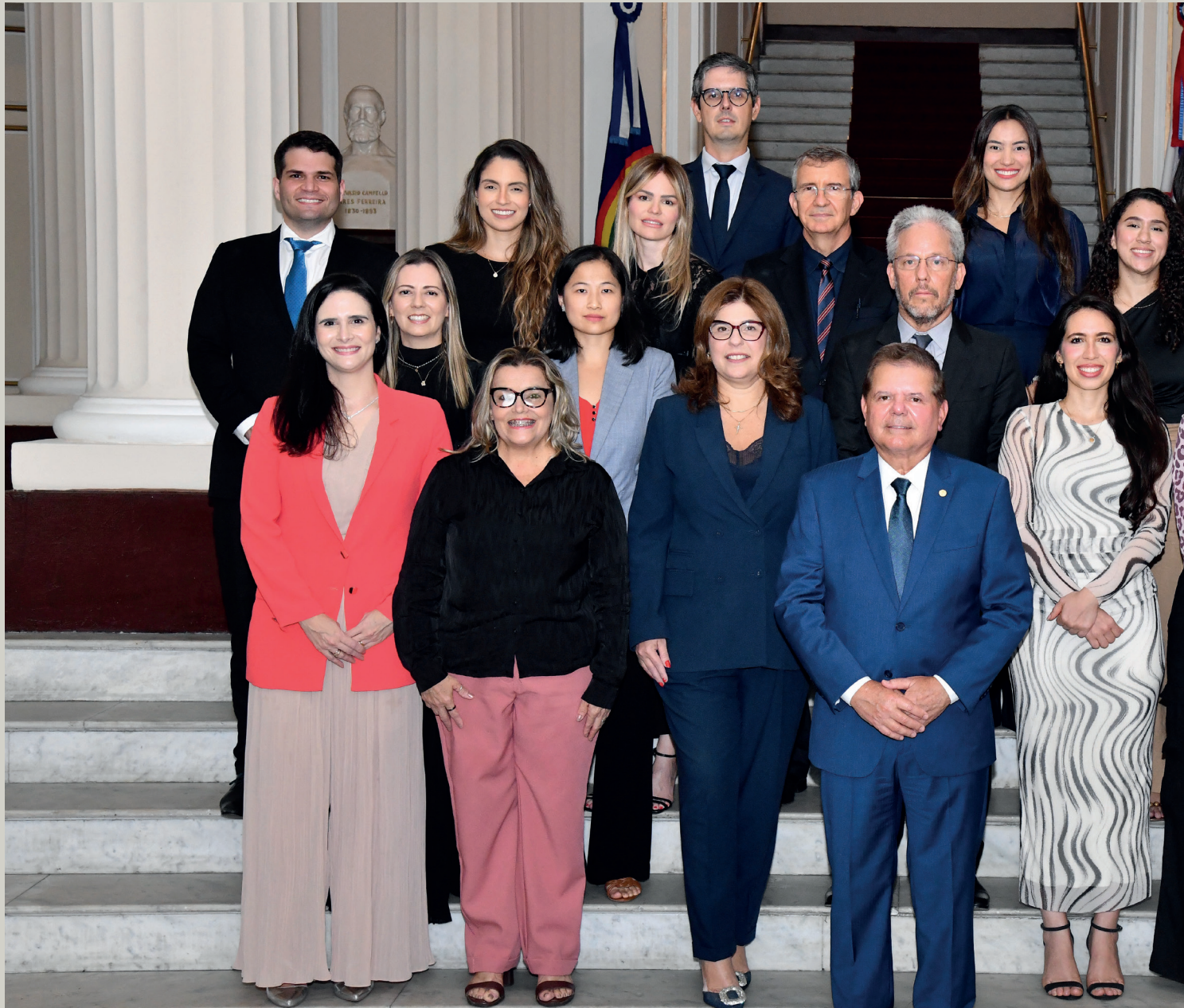


**Desembargador Francisco Eduardo
Gonçalves Sertório Canto**
2º VICE-PRESIDENTE



**Desembargador Francisco José dos
Anjos Bandeira de Mello**
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

EQUIPE DA PRESIDÊNCIA



NCIA



Juíze(a)s assessore(a)s

Gleydson Lima
José Henrique Coelho Dias
Mariana Vargas

Servidore(a)s

Anna Karolina Costa de Oliveira
Cínthia Filizzola
Eliene Cavalcanti
Emmanuelle Maruzia
Francisco Felipe Siqueira
Gabriela Cerqueira
Josué Sena
Juliana Leite Reis
Lenira Fontes
Maria Coeli Carneiro Ximenes
Maria do Carmo Veloso da Silveira
Maria Eduarda Reis Rodrigues Pessoa
Maria Paula Maciel Teixeira
Marília Fontes
Marina Britto de Andrade Lima
Marília Portela
Morgana Moura
Maurício Santa Cruz
Sheila Wanderley
Uyara Ferreira Machado
Vanessa Huang
Zalmdja Rodrigues Leite

EXPEDIENTE

Assessoria de Comunicação Social do TJPE

Assessor de Comunicação Social

Saulo Moreira

Assessora de Comunicação Social Adjunta

Paula Imperiano

Gestão do Núcleo de Imprensa

Ivone Veloso

Gestão do Núcleo de Comunicação Interna

Claudia Franco

Gestão dos Núcleos de Comunicação Virtual e de Audiovisual

Andrea Cavalcanti Neves

Gestão do Núcleo de Publicidade e Propaganda

Mariana Ferreira Pellizzi

Gestão do Núcleo de Design

David Oliveira

Fotografias

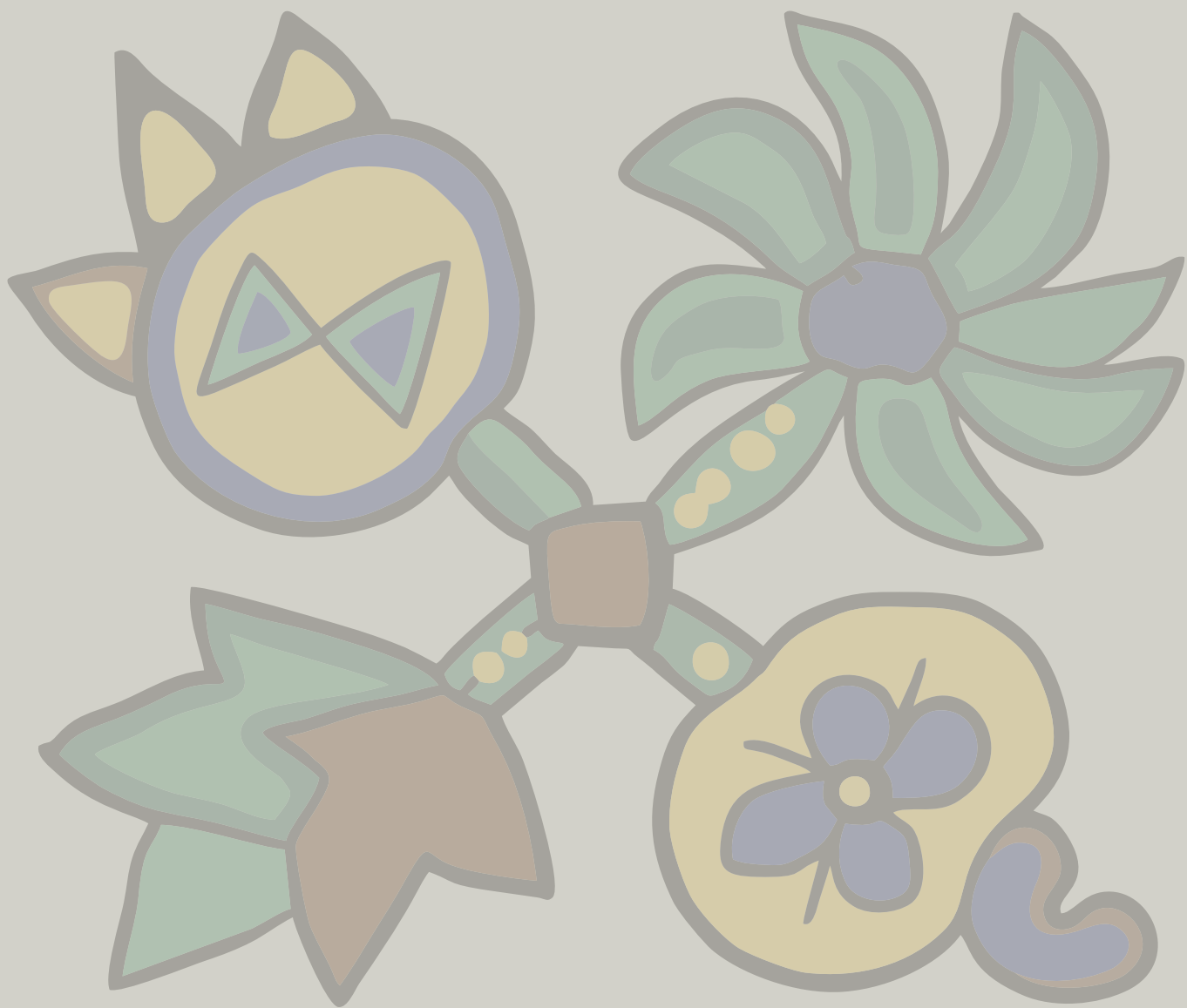
Assis Lima

Leandro Lima

Agência Inova Propaganda

Projeto Gráfico e Diagramação

David Oliveira



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
CENAS DO BIÊNIO.....	21
COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, A GRANDE PRIORIDADE.....	23
Proteção na palma da mão.....	24
Experiência de Caruaru já está se expandindo.....	24
Alerta Mulher para salvar vidas.....	26
Novas varas, campanhas e eventos nacionais.....	26
Novas desembargadoras e mais vozes femininas.....	29
Equidade nas indicações.....	30
Ineditismo também na questão racial.....	30
Mapa Nacional do Júri.....	31
Na Esmape, certificados e produção acadêmica	31
CEJ fortalece a produção intelectual.....	32
CENAS DO BIÊNIO.....	33

CONFORTO, ZELO E SEGURANÇA NOS PRÉDIOS.....35

Acessibilidade, sustentabilidade e humanização.....37

Obras a todo vapor no Fórum do Recife.....37

O Palácio da Justiça ficou ainda mais bonito.....38

Segurança e conforto para todos e todas.....39

TECNOLOGIA EM NOME DA EFICIÊNCIA.....40

Novos sistemas, maior eficiência.....41

TJPE+ é sucesso total.....41

Recursos internacionais para o futuro.....42

MAIA, a IA do TJPE.....43

O Decisômetro não para.....44

JUIZADOS ESPECIAIS: O TJ PERTO DO POVO.....45

Gestão processual mais ágil e eficiente.....47

Cidadania e acolhimento.....48

Contribuindo para fixação de tese no STJ.....49

Agilidade maior no envio de recursos.....49

100% de inspeções nos programas socioeducativos.....	50
Modelo inédito para destinar recursos de condenações para projetos sociais.....	50
Pacificação no campo.....	51
Cuidando das crianças e adolescentes.....	52
TJPE celebra os 10 anos da instalação da Câmara Regional de Caruaru.....	53
AMPLIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO.....	54
Esforço financeiro permitiu ampliação da corte.....	54
Novos juízes e juízas tomam posse.....	55
Concurso para cartórios.....	58
Humanização na Gestão de Pessoas.....	58
MORADIA LEGAL, UM CASO DE SUCESSO.....	59
CENAS DO BIÊNIO.....	61
A JUSTIÇA INTEGRADA À SOCIEDADE.....	63
Reconhecimento e gratidão às pessoas.....	64

Com a imprensa, transparência total.....	65
Ouvindo e agindo.....	66
Articulação e comunicação.....	67
Preservando a memória.....	68
Reconectando famílias.....	69
Redução de despesas permitiu investimentos.....	69
E vieram os resultados.....	70

APRESENTAÇÃO

Derrubando muros e construindo pontes

E eis que se passaram dois anos desde o dia em que tomei posse como presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Era o final de tarde de uma sexta-feira, dia 2 de fevereiro de 2024. Com o coração cheio de esperança, prometi a mim mesmo a implementação de uma nova forma de gerir o Judiciário estadual. Agora, ao transmitir o cargo ao novo presidente, o desembargador Francisco Bandeira de Mello, posso dizer sem medo de errar: não apenas realizei um sonho, como também cumpri minha missão.

Saio com o espírito leve e a consciência tranquila. Fazendo referência ao Texto Bíblico, digo sem medo que combati o bom combate, terminei a corrida e guardei a fé. Foram muitos dias de trabalho árduo, repletos de desafios. Meu senso de urgência, por vezes incompreendido, decorria de um desejo perene de agilizar a Justiça pernambucana para o bem da população de nosso Estado.

Nos momentos mais difíceis, o que me tranquilizou foi saber que, ao meu lado, estavam dedicados e leais magistrados e magistradas, servidoras e servidores. Todos unidos pelo propósito de buscar eficiência, humanização e inovação, os pilares que deram marca à nossa gestão.

Aproximar ainda mais o Poder Judiciário das pessoas e instituições foi o sentimento que norteou cada passo da nossa jornada. O TJPE encurtou o caminho do diálogo em todo o Estado, do litoral ao Sertão. Estabelecemos e reforçamos as pontes com Governo do Estado, Assembleia Legislativa e sistema de Justiça, formado por Ministério Público, Defensoria Pública e advocacia pública e privada. Prefeituras, Forças Armadas, empresas públicas e privadas, setor produtivo, entidades de classe, representação de trabalhadores, representações diplomáticas, clubes de futebol, instituições religiosas, entidades da sociedade civil de modo geral. Todos

estiveram no nosso radar. A interação foi recorrente.

Nosso compromisso sempre foi claro: o povo do Estado seria a prioridade das prioridades.

Por isso, o TJPE esteve presente em todos os grandes eventos, levando cidadania através dos Juizados Especiais. Estivemos no Carnaval, nas férias de verão, nas festas juninas, nos estádios de futebol. O Juizado do Inverno foi ampliado e chegou ao Festival Pernambuco Meu País. Também estendemos nossa presença com o Juizado do Idoso e o Juizado dos Animais e Meio Ambiente – o Juizado Pet –, reforçando nossa atuação onde a sociedade mais precisa. Onde tem gente, tem TJPE.

Atuamos permanentemente com austeridade financeira e buscando reduzir gastos correntes. Só com despesas com aluguel de prédios, por exemplo, economizamos, por ano, cerca de R\$ 3 milhões. Com energia elétrica, R\$ 3,2 milhões foram poupados. Cortando despesas onde era possível, tivemos fôlego para investir na atividade-fim.

Com o propósito de garantir mais eficiência, criamos a Central Judiciária de Processamento Remoto do 1º Grau (Cenjud) – um nome técnico para uma ideia simples: melhorar a vida das pessoas com uma Justiça mais rápida e efetiva.

O novo modelo reduziu o acervo processual em 13%, diminuiu em 34% o índice de processos paralisados há mais de 100 dias e encurtou o prazo médio de cumprimento dos atos cartorários de 119 para 44 dias. Tudo isso com atendimento igualitário, transparente e equilibrado. Também lançamos o Decisômetro, ferramenta que permite acompanhar, em tempo real, despachos, decisões e acórdãos do Tribunal.

Outro avanço histórico foi a transformação em terceira entrância das comarcas onde ocorrem eleições em dois turnos — Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Caruaru e Petrolina —, fortalecendo a estrutura judiciária e valorizando a carreira da magistratura.

Nada, porém, simboliza melhor a união entre inovação e proteção do que a Medida Protetiva de Urgência Eletrônica, que permite à vítima de violência doméstica solicitar proteção diretamente ao juiz ou juíza, pelo celular ou computador, de forma simples, rápida e sigilosa. A MPU eletrônica se soma a outra grande inovação, o Alerta Mulher, um botão de emergência no aplicativo TJPE+ que permite que qualquer vítima de violência doméstica acione rapidamente, via WhatsApp, sua rede de proteção.

O Núcleo Integrado Maria da Penha (Nioj), em Caruaru, é outro exemplo de sucesso: além de garantir segurança, oferece qualificação profissional e, por mais de um ano e meio, o município não registrou nenhum feminicídio. O modelo está se expandindo por todo o Estado.

O combate à violência de gênero também ganhou força com cinco novas varas especializadas na capital, protocolo de cooperação com o Instituto Banco Vermelho, realização da Jornada Nacional Maria da Penha e uma série de políticas de equidade que transformaram o TJPE em referência nacional. Internamente, criamos o Decanato Feminino, ampliamos a presença de mulheres na magistratura e alcançamos um marco: mais de 60% dos cargos de liderança administrativa são hoje ocupados por mulheres. Trata-se de um reconhecimento atestado pelo próprio CNJ.

Na tecnologia, demos um salto histórico. O aplicativo TJPE+ se tornou o principal elo digital com o cidadão. Por ele, é possível fazer queixas nos Juizados, inclusive por áudio, consultar processos, acionar a Ouvidoria e até solicitar medidas protetivas, como mencionei mais acima. Para a advocacia, vieram conquistas importantes como o alvará via PIX e a habilitação eletrônica. Com todos os processos digitalizados e o PJe migrado para a nuvem, alcançamos mais velocidade, segurança e integração. A inteligência artificial MAIA passou a apoiar a elaboração de relatórios e votos sob supervisão humana. Além disso, o Tribunal firmou com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) uma operação de crédito para ampliar a jornada digital, automatizar processos e investir em segurança da informação.

A sustentabilidade também entrou em pauta. Iniciamos o uso de energia solar, renovamos a frota com veículos elétricos e conquistamos o Prêmio Juízo Verde 2025, categoria Desempenho.

A humanização, outro pilar da gestão, também se materializou em obras e melhorias. Foram quase cem intervenções em fóruns de todo o Estado – de pequenas adaptações a grandes reformas. Passira, Paudalho, Aliança, Vitória de Santo Antão, Sirinhaém, Caruaru, Buíque, Afogados da Ingazeira, Custódia, Bodocó, São José do Belmonte, Petrolina, Trindade e até o arquipélago de Fernando de Noronha receberam atenção especial. A maior delas, o Fórum Rodolfo Aureliano, no Recife, segue se modernizando. Implantamos sistemas de monitoramento com reconhecimento facial e reforçamos a proteção de todos os que passam pelas unidades do TJPE. O Palácio da Justiça, patrimônio histórico e cultural, ganhou nova vida. Modernização, acessibilidade, fachada restaurada, jardins floridos e iluminação temática que dialoga com campanhas de saúde e cidadania. Adotamos também a Praça Dezessete, em parceria com a Prefeitura do Recife, devolvendo à cidade um espaço público revitalizado e acessível.

Mas nada disso seria possível sem as pessoas. A gestão abriu concursos para magistrados, servidores e cartorários; ampliou a Corte de 52 para 58 desembargadores; criou novas câmaras e fortaleceu a política de valorização profissional com benefícios concretos.

As conquistas institucionais refletem essa união. Mais de 50 mil títulos do Programa Moradia Legal, liderança nacional em conciliação, primeiro lugar no Registre-se, primeiro lugar no julgamento de crimes dolosos contra a vida, primeiro lugar no ranking de transparência do CNJ, e Selo Diamante duas vezes consecutivas no Programa Nacional de Transparência Pública. Recebemos prêmios de responsabilidade social, sustentabilidade e inovação, com projetos como Justiça Aqui, Bastião, Laura e Devir, além do Selo de Linguagem Simples, concedido pelo CNJ. Na pauta racial, criamos a primeira Comissão de Políticas Judiciárias e de Heteroidentificação, e, na infância e juventude, Pernambuco alcançou um dos maiores índices de adoção do país.

Em cada frente — da eficiência processual à humanização dos espaços, da inovação tecnoló-

gica ao cuidado com as pessoas —, reafirmamos nosso compromisso de ser uma Justiça próxima, ágil, transparente e inclusiva.

Agradeço a todos que estiveram unidos nessa jornada, sobretudo aos meus colegas e amigos da Mesa Diretora, desembargadores Francisco Bandeira de Mello, Fausto Campos e Eduardo Sertório.

O TJPE, instituição bicentenária, está pronto para os próximos 200 anos — mais moderno, mais humano e mais pernambucano do que nunca.

Muito obrigado.



Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (biênio 2024-2026)



CENAS DO BIÊNIO



O presidente Ricardo Paes Barreto e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, em junho de 2025. Ambos foram homenageados pelo Instituto dos Advogados de Pernambuco.



O presidente do TJPE, desembargador Ricardo Paes Barreto conduziu a sessão de inspeção da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Poder Judiciário estadual, em abril de 2025, com a presença do corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques.



Em novembro de 2025, o presidente do STF também compareceu a Pernambuco para a abertura do Mês Nacional do Júri, evento que o TJPE foi destaque



Então presidente do STF e do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, participou da 17ª edição do programa “Diálogos da Magistratura” em julho de 2025, ocasião em que foi homenageado pelo presidente Ricardo Paes Barreto.



Em outubro de 2024, o presidente Ricardo Paes Barreto recebeu visita de cortesia do vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Luis Felipe Salomão, no gabinete da Presidência, no Palácio da Justiça.



Em junho de 2025, o presidente falou na Câmara do Deputados sobre os projetos de combate à violência doméstica em Pernambuco



O presidente Ricardo Paes Barreto recebeu, em agosto de 2025, o certificado de cumprimento integral das metas de transparência das mãos da conselheira Renata Gil e do conselheiro José Rocha Rotondano, ambos do CNJ.



Em setembro de 2024, ao lado dos desembargadores Stênio Neiva e Eduardo Sertório, o presidente Ricardo Paes Barreto recebeu a conselheira do CNJ Daiane Nogueira, que veio participar do Fonajus Itinerante, ação do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde.

COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, A GRANDE PRIORIDADE

Num país historicamente machista, com alto índice de feminicídio e profundamente desigual, o combate à violência contra a mulher foi a grande prioridade.

Entre as iniciativas de destaque está o Núcleo de Informações e de Ordens Judiciais (Nioj), conhecido como Núcleo Maria da Penha, implantado em abril de 2023, em Caruaru.

Resultado: mais de um ano e meio sem feminicídio na cidade — algo inédito em sua história.

A partir da articulação com Polícia Militar, Polícia Civil e Prefeitura municipal, os oficiais de justiça do TJPE conseguiram atuar fortemente contra a violência doméstica no Agreste.

A experiência do Nioj em Caruaru se mostrou eficaz, especialmente pela agilidade na concessão das medidas protetivas de urgência (MPUs), instrumento legal que determina o afastamento

imediatamente do agressor da vítima. Entre 31 de julho de 2023 e 26 de janeiro de 2024, período anterior à implantação do núcleo, foram concedidas 344 MPUs. Já entre 29 de janeiro e 3 de julho de 2024, com o Nioj em funcionamento, esse número saltou para 1.090.

O tempo de concessão também foi reduzido, fator decisivo em casos de violência doméstica, em que a rapidez da resposta do poder público pode salvar vidas. Atualmente, 80,5% das MPUs em Caruaru são concedidas em até 24 horas.

As mulheres vítimas de violência, além da proteção do Estado, recebem qualificação profissional para romper vínculos de dependência com o agressor. A experiência pernambucana foi apresentada pelo presidente Ricardo Paes Barreto na Câmara dos Deputados em junho de 2025.

Experiência de Caruaru já está se expandindo

A experiência inovadora chegará a todo o Estado. O TJPE já iniciou a articulação institucional com prefeituras e Governo do Estado para levar ao Grande Recife e a todo o Estado a experiências do Nioj Maria da Penha. Coordenadora da área da mulher do TJPE, a desembargadora Daisy Andrade vem conduzindo reuniões com representantes dos municípios de Olinda, Camaragibe, São Lourenço da Mata, Paulista e Caruaru, além de comandantes da Polícia Militar de Pernambuco e oficiais de justiça. Tudo para expandir a rede de proteção às mulheres pernambucanas.



Olinda foi a primeira cidade do Grande Recife a receber o Nioj. O Núcleo atuará no Recife, São Lourenço da Mata, Camaragibe, Paulista e Jaboatão.

Proteção na palma da mão

Desde julho de 2025, qualquer mulher pode solicitar uma medida protetiva de urgência sem sair de casa. Através do site do TJPE ou via aplicativo TJPE +, é possível pedir a proteção, que chegará imediatamente ao juiz ou juíza da comarca. Trata-se da Medida Protetiva de Urgência Eletrônica, uma inovação que vem ajudando a salvar vidas.



A plataforma permite que mulheres vítimas de violência — cisgênero ou transgênero — solicitem, de forma rápida, direta e sigilosa, o afastamento de seus agressores por meio da internet (www.tjpe.jus.br), sem a necessidade de comparecer a uma delegacia, fórum ou contratar advogado.

A ferramenta, lançada inicialmente no Recife e depois ampliada para todo o Estado, permite

o preenchimento de um formulário on-line com dados da vítima e do agressor, além do envio de fotos, vídeos ou áudios. Após a solicitação, o processo é automaticamente distribuído e analisado por um juiz ou juíza no prazo de até 48 horas.

Caso a medida seja deferida, a decisão é comunicada tanto à mulher quanto ao agressor. Também pelo site, a mulher poderá acompanhar todo o trâmite processual.



Lançamento Medida Protetiva de Urgência Eletrônica - A plataforma permite que mulheres vítimas de violência — cisgênero ou transgênero — solicitem, de forma rápida, direta e sigilosa, o afastamento de seus agressores por meio da internet.

Alerta Mulher para salvar vidas

No final de 2025, o Tribunal lançou o serviço Alerta Mulher, um botão de emergência no aplicativo TJPE + através do qual a vítima de violência pode acionar toda sua rede de proteção. Ao clicar no botão, amigos, parentes ou qualquer pessoa previamente cadastradas receberá uma mensagem, via WhatsApp, alertando que aquela mulher está em perigo. A funcionalidade foi notícia em todo o País.



Novas varas, campanhas e eventos nacionais

No Recife, os trabalhos em favor da proteção às mulheres ganharam o reforço de cinco varas exclusivas para casos de violência doméstica: três criminais e duas voltadas às medidas protetivas.

Em paralelo, o Tribunal promoveu a campanha “Violência contra a Mulher: Todos dizem Não! Essa é a regra do jogo”, que esteve presente em estádios de futebol e outros ambientes esportivos, além do Programa Reconstruir e do Ciclo de Reflexão – Grupo Reflexivo e Responsabilizante com Homens Autores de Violência. Ambos promovem discussões sobre masculinidades e relações interpessoais, buscando prevenir reincidências.

Foram desenvolvidos também projetos em parceria com outras instituições, como as iniciati-



Essa é a regra do jogo.



vas em conjunto com o Instituto Banco Vermelho. Com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o TJPE promoveu a 19ª edição da Jornada Lei Maria da Penha, em agosto de 2025, evento que mobilizou centenas de pessoas durante seus preparativos.

Antes do evento, o TJPE organizou a Pré-Jornada Lei Maria da Penha, com iniciativas que

envolveram a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) e a Coordenadoria da Família (Cefam). Nessas prévias, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar realizou a ação “Meninas e Mulheres no Sertão”, nas cidades de Arcoverde e Buíque.



Pré-Jornada Lei Maria da Penha - iniciativa que envolveu três coordenadorias institucionais: Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) e Coordenadoria da Família (Cefam)

A CIJ promoveu a ação “Educar para Proteger: Juventudes pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher”, enquanto a Cefam desenvolveu

“Juntos pela Educação: Escola e Família de Mãos Dadas – Fortalecendo Laços, Construindo Futuros!”, ambas no Recife.

Também em parceria com o CNJ, foi realizada a Semana da Justiça pela Paz em Casa, com foco na aceleração de processos de violência doméstica e familiar. O evento incluiu palestras e debates com temas como “Estratégias de Prevenção da Violência Doméstica contra a Mulher” e “Segurança Pública e Medidas de Prevenção”.



Novas desembargadoras e mais vozes femininas

Em novembro de 2024, o Pleno do TJPE realizou uma votação histórica. Com foco na paridade de gênero no 2º Grau, duas mulheres foram eleitas ao cargo de desembargadora a partir de listas exclusivamente femininas. As juízas Andrea Epaminondas Tenório de Brito e Ângela Cristina de Norões Lins Cavalcanti passaram a compor a

Corte pernambucana. Agora, considerando também Daisy Andrade e Valéria Wanderley, são quatro desembargadoras na Corte. Tem mais. Foram criados o Decanato Feminino e a Ouvidoria da Mulher, consolidando o compromisso do Judiciário com a defesa dos direitos das mulheres e o combate à violência de gênero.



Novas Desembargadoras do TJPE - evento de posse das Desembargadoras Andrea Epaminondas Tenório de Brito e Ângela Cristina de Norões Lins Cavalcanti

Equidade nas indicações

O TJPE inovou e se tornou o primeiro tribunal a estabelecer lista exclusiva de magistradas para indicações ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE). Além disso, também adotou a lista feminina para juízas que vão substituir desembargadores ou desembargadoras em períodos de férias, licenças ou outros afastamentos. Com a

nova regra, as convocações realizadas pelo critério de merecimento passam a obedecer à alternância de gênero. No geral, atualmente, 60% dos cargos administrativos de liderança no Judiciário estadual são ocupados por mulheres – uma conquista reconhecida pelo próprio CNJ.

Ineditismo também na questão racial

Pela primeira vez, o Tribunal passou a contar com uma Comissão de Políticas Judiciárias de Equidade Racial e suas Interseccionalidades (CP-JERI), que é presidida pelo desembargador Eudes dos Prazeres França. Trata-se de uma importante iniciativa para combater o racismo e promover a igualdade racial. A medida está em sintonia com ações nacionais e internacionais, incluindo o Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e a Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024), proclamada pela ONU.



Mapa Nacional do Júri



Des. Mauro Alencar comanda reunião da área criminal do TJPE

Mais uma vez, o TJPE foi destaque na área criminal. Segundo dados do Mapa Nacional do Júri, instituído pelo CNJ, Pernambuco ocupou a primeira posição entre todos os Estados brasileiros em quantidade de processos do Tribunal do Júri julgados em 2025. Além disso, o Tribunal encerrou o Mês Nacional do Júri 2025 com resultados expressivos que reafirmam o compromisso institucional com a celeridade na tramitação dos processos de crimes dolosos contra a vida. Em Pernambuco, a coordenação das ações ficou a cargo da Coordenadoria Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, liderada pelo desembargador Mauro Alencar, sendo o projeto executado pelo juiz Emiliano César Costa Galvão de França, que há três anos conduz a iniciativa no Estado.

Na Esmape, certificados e produção acadêmica



Des. Jorge Américo e equipe da Esmape receberam visita de magistrados de Angola, que vieram conhecer a experiência pernambucana

Ao longo do biênio, a Escola Judicial de Pernambuco (Esmape) concedeu mais de 28 mil certificados a magistrados(as), servidores(as), estagiários(as), voluntários(as) do TJPE e ao público externo, a partir de mais de 700 ações educacionais. A gestão também fortaleceu a divulgação da produção acadêmica, com o lançamento de mais de 50 obras, de forma física e digital, abordando temas jurídicos e interdisciplinares. No campo da pós-graduação, foram ofertadas cinco especializações em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), além de

dois mestrados profissionais, em cooperação com a UFPE e a Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Como reconhecimento desse trabalho, a Esmape foi destacada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) como modelo mundial de Escola Judicial nas áreas administrativa, orçamentário-financeira e acadêmi-

ca. Em 2025, A instituição recebeu a visita de magistrados angolanos para apresentar toda a estrutura, integrando o planejamento estratégico do Conselho Superior da Magistratura Judicial de Angola (CSMJ) para implementar um Centro de Formação de Magistrados e Servidores no país.

CEJ fortalece a produção intelectual

Durante a gestão 2024/2026, sob a direção do desembargador Evandro Sérgio Neto de Magalhães Melo, o Centro de Estudos Judiciários (CEJ) consolidou-se como espaço estratégico de produção e difusão do conhecimento jurídico e cultural. Entre as ações de maior relevo estão o lançamento de obras editoriais, como os e-books Atos Normativos da Infância e Juventude e Caderno de Modelos Judiciais da Infância e Juventude, além do livro O TJPE na pandemia da Covid-19. Destaca-se ainda a criação da Comissão Editorial do CEJ e o lançamento do projeto Magistrado(a) Escritor(a), com assinatura no Gabinete da Presidência pelo desembargador Ricardo Paes Barreto. O CEJ promoveu a 1ª Jornada de Direito Privado e Processual Civil, que resultou na aprovação de 36 enunciados, e lançou edições especiais da Revista do CEJ. Houve também a inauguração da nova sede do Centro, na Esmape.



Descerramento da placa que marca a inauguração da nova sede do CEJ

CENAS DO BIÊNIO



Em fevereiro de 2024, o presidente Ricardo Paes Barreto tomou posse como presidente do TJPE. Na imagem, com a governadora Raquel Lyra e o ministro do STJ Humberto Martins.



Presidente representa o TJPE no Conpre da Bahia, em outubro de 2025.



Homenagem à presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Cynthia Maria Pina Resende



Homenagem do TJPE ao presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, desembargador Leandro Crispim.



Presidente com o prefeito João Campos e o senador Fernando Dueire.



Presidente com ministro da Defesa, José Mucio Monteiro.



Presidente com a governadora Raquel Lyra.



Presidente com o chefe do Legislativo, Álvaro Porto.



Presidente coordena reunião da Presidência com a direção do Sindjud Pernambuco.



Presidente concede entrevista à Rede Globo sobre a MAIA, a inteligência artificial desenvolvida pelo TJPE.

CONFORTO, ZELO E SEGURANÇA NOS PRÉDIOS

Durante dois anos houve obras de modernização, reforma, reconstrução e melhorias em vários prédios do Judiciário estadual. Desde o primeiro dia como presidente, o desembargador Ricardo Paes Barreto mostrou que o zelo com patrimônio público estaria na ordem do dia.

Entre os avanços já consolidados, houve requalificações estruturais em fóruns de diferentes regiões do Estado. Em Caruaru, por exemplo, o prédio passou por reformas e recebeu o Nioj. Em Arcoverde, foram feitas melhorias em acessibi-

lidade, climatização e adequações nos espaços de atendimento ao público. Goiana teve sua infraestrutura elétrica e hidráulica modernizada, enquanto os fóruns de Vitória de Santo Antão, Surubim, Tamandaré, Macaparana, Afogados da Ingazeira, Trindade, Passira, São Caetano, São Vicente Ferrer, Pesqueira, Lajedo, Cabrobó, Petrolina, Araripina, Vitória de Santo Antão, Bezerros, Ouricuri, Vertentes e Fernando de Noronha passaram por reestruturações internas e modernização dos ambientes.





Solenidade de inauguração das novas instalações do Fórum de Macaparana



Fórum de Passira completamente requalificado com acessibilidade e novos equipamentos



Entrega Casa de Justiça e Cidadania e Fórum revitalizado para Tuparetama, no Sertão do Pajeú



Inauguração de instalações de sala de acolhimento para vítimas de violência doméstica em Fernando de Noronha

Obras a todo vapor no Fórum do Recife

O destaque para as intervenções em melhoria e reforma é o Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, no Recife, o maior prédio do Judiciário estadual. A unidade passa por uma reestruturação completa em suas instalações técnicas, com

modernização de sistemas, reorganização de espaços e substituição de equipamentos obsoletos. Entre as obras previstas está a atualização da Central de Água Gelada (CAG), fundamental para o sistema de climatização do edifício.

Acessibilidade, sustentabilidade e humanização

Além da capital, outras unidades judiciais também foram contempladas com reformas estruturais, sempre com foco na eficiência energética, sustentabilidade, funcionalidade e melhor atendimento à população. As intervenções preveem desde obras de engenharia e climatização até melhorias em segurança predial, acessibilidade e adequação dos ambientes de trabalho. O custo com energia elétrica, por exemplo caiu 23% entre 2024 e 2025. Outro destaque na infraestrutura foi a criação de várias e confortáveis salas de amamentação em muitos dos fóruns. Parece algo simples, mas faz grande diferença em matéria de acolhimento e humanização.



Presidente do TJPE, desembargador Ricardo Paes Barreto, fazendo vistoria na sala de amamentação no Fórum Thomaz de Aquino

O Palácio da Justiça ficou ainda mais bonito

O Palácio da Justiça, patrimônio centenário e sede do TJPE, está ainda mais bonito. O edifício histórico ganhou revitalização, jardim colorido e iluminação temática que dialoga com campanhas de saúde e cidadania — outra novidade da gestão. As melhorias reforçam o compromisso com acessibilidade, sustentabilidade e bem-estar de quem circula pelo local. Por falar em beleza arquitetônica, no coração da capital pernambucana, o Tribunal também adotou a Praça Dezessete, em parceria com a Prefeitura do Recife, devolvendo à cidade um espaço público revitalizado, acessível e repleto de história.



Segurança e conforto para todos e todas



Modernização de viaturas proporcionando maior proteção e segurança

Investimentos em tecnologia com reconhecimento facial nos principais fóruns, controle de acessos, mais policiais, mais viaturas e um moderno sistema de videomonitoramento. Na área da segurança, a gestão não poupou esforços para oferecer proteção e conforto a magistrados e magistradas, servidores e servidoras, e a todos que frequentam os prédios do Judiciário estadual.

Entre os principais avanços está a criação de três núcleos avançados no interior (Garanhuns, Caruaru e Petrolina) para otimizar e dar maior

eficiência às ações além da Região Metropolitana do Recife. Os núcleos contam com policiais e viaturas novas.

Os investimentos em segurança são resultado de um estudo técnico e científico desenvolvido pela Comissão de Segurança e Integridade da Magistratura, presidida pelo desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo. As ações seguem as diretrizes da Resolução nº 435 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e integram o Plano de Segurança Institucional do TJPE.

TECNOLOGIA EM NOME DA EFICIÊNCIA

Com um investimento de R\$ 150 milhões, a transformação digital foi um dos marcos da gestão 2024-2026. Desde o início do biênio, os aportes consistentes em tecnologia da informação consolidaram uma nova era de eficiência, segurança e transparência para o Judiciário estadual, com reflexos diretos para a população, a advocacia, os servidores e a magistratura. Entre as iniciativas mais relevantes está a migração integral do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para a nuvem, medida que, coordenada pelo desembargador Isaías Andrade Lins, presidente do Comitê do PJe do TJPE, garantiu maior velocidade e estabilidade ao sistema, antes prejudicado por lentidão nos envios e downloads de documentos. O resultado foi um acervo 100% digitalizado, eliminando por completo os processos físicos e reforçando o compromisso do Tribunal com a sustentabilidade e a modernização administrativa.



Des. Isaías Andrade Lins participa do 12º Encontro dos Tribunais de Justiça Usuários do Processo Judicial Eletrônico (PJe), em Brasília.

TJPE+ é sucesso total

Outro avanço de grande alcance foi o lançamento do aplicativo TJPE+, que ampliou o acesso da população aos serviços da Justiça. A ferramenta permite registrar queixas nos Juizados Especiais diretamente pelo computador ou celular, substituindo fluxos antes executados por equipes presenciais, e integrando serviços como consulta processual, contato com a Ouvidoria e solicitação de medidas protetivas de urgência. As queixas podem ser feitas até por áudio, modelo preferido pela maioria da população.



Novos sistemas, maior eficiência

A gestão também promoveu uma série de integrações e novos sistemas voltados à agilidade processual e à transparência. Entre os projetos implementados estão o pagamento de alvarás e do Sicajud via Pix, o novo Portal da Transparência, o Sistema de Gestão de Precedentes, e a integração ao Domicílio Judicial Eletrônico, ao Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), ao Portal JusBr e à Plataforma Socioeducativa (PSE).

Foram ainda concluídas ações como a desativação do sistema Judwin e a implantação do LegJud, além do lançamento de ferramentas inovadoras como o Sistema LAURA, o Sistema de Gestão da Arrecadação, Cobrança e Protesto (SIGAC), o Sistema de Emissão de Certidões, o Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Processos (SIMAP) e o Sistema FaleCom, desenvolvido para a Corregedoria-Geral da Justiça (CGJPE).



Recursos internacionais para o futuro

Em âmbito estratégico, o TJPE firmou um acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a modernização digital do Judiciário estadual. A operação visa a impulsionar a ampliação da jornada em nuvem, o uso de inteligência artificial e automação de processos, o fortalecimento da segurança da informação e da LGPD, a modernização do parque tecnológico, o

aprimoramento da plataforma de dados e a promoção da inclusão digital.

Além dessas iniciativas, a área tecnológica avançou em frentes complementares, como sustentabilidade digital, racionalização de recursos, com a redução de linhas telefônicas fixas, novas aquisições estruturais e o reforço contínuo na segurança da informação.



Reunião onde o TJPE e o Governo do Estado firmaram financiamento junto ao BID para transformação digital do Poder Judiciário pernambucano

MAIA, a IA do TJPE

Em agosto de 2025, o TJPE lançou a Maia, sua inteligência artificial própria, que passou a atuar como assistente digital para decisões judiciais na segunda instância. A ferramenta foi fruto de convênio com a Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e a Universidade de Pernambuco (UPE).

No âmbito do Tribunal, os trabalhos foram conduzidos pela Comissão de Gerenciamento das Tecnologias da Informação e Inteligência Artificial, presidida pelo desembargador Alexandre Pimentel.

A IA Maia gera minutas de relatórios, votos e ementas, com alinhamento jurisprudencial e contextualização. Entre funcionalidades, análises processuais, sugestões de documentos, aplicações de etiquetas e checagens de jurisprudência. Também, a promoção da coerência temporal nos julgados, com mecanismos baseados em preferências ou padrões de gabinetes.

O mecanismo trabalha em interoperabilidade, integrando-se a plataformas como o PJe. Seguro e auditável, pode operar inclusive em ambiente off-line e registra todas as interações

entre o usuário e o sistema. Isso permite o rastreamento de cada sugestão feita. Diferentemente de assistentes baseados apenas em modelos de linguagem, Maia é um sistema integrado de inteligência artificial.

Seu desenvolvimento marca o ingresso do TJPE no seleto grupo de tribunais que investem em soluções próprias de IA, reforçando o compromisso com a inovação responsável, a eficiência e a transparência na prestação jurisdicional.



Presidente da Comissão de Gerenciamento das Tecnologias da Informação e Inteligência Artificial do TJPE, desembargador Alexandre Pimentel coordenou os trabalhos no Judiciário

O Decisômetro não para

Muitos já haviam ouvido falar no “Impostômetro”, painel eletrônico que apresenta números sobre impostos arrecadados no Brasil, com unidades instaladas em vias de grande movimento no País. No início de 2024, o TJPE implantou uma versão local, desta vez, apresentando números que comprovam a dedicação de magistrados e servidores: o Decisômetro. Seus dados são uma prova que, mesmo com tantas demandas operacionais e administrativas, o TJPE nunca se afastou de sua função primordial: julgar.

A ferramenta presta contas dos números do Judiciário Estadual em painéis eletrônicos instalados nas entradas dos principais prédios do TJPE e disponibilizados também no site do Tribunal.

A conexão do o Processo Judicial Eletrônico (PJe) permite que, a cada vez que um magistrado ou magistrada lance uma decisão, despacho ou julgamento no sistema, o número seja atualizado na ferramenta, de forma automática e contínua. São registrados números de atos judiciais, decisões, despachos e julgamentos proferidos em todos os níveis: 1º Grau, Juizados Especiais e 2º Grau.

O acompanhamento dessa produtividade permite ao cidadão comum formar uma visão mais detalhada e dinâmica do volume de trabalho de magistrados e servidores. Um instrumento de transparência ativa, facilitando a fiscalização pela sociedade.

Ainda falando em produtividade, não podemos esquecer o intenso trabalho da Comissão de Organização Judiciária e de Regimento Interno (Cojuri), presidida pelo desembargador Gabriel Cavalcanti. No biênio, o Pleno e o Órgão Especial do Tribunal aprovaram 119 projetos legislativos.



Desembargadores Humberto Vasconcelos, Gabriel Cavalcanti e Luciano Campos integram a Cojuri

JUIZADOS ESPECIAIS: O TJ PERTO DO POVO

Durante a gestão 2024-2026, o TJPE intensificou sua atuação junto à população por meio do fortalecimento dos Juizados Especiais, consolidando o compromisso de aproximar o Judiciário dos cidadãos e de promover o acesso rápido, simples e desburocratizado à Justiça.

O sistema de Juizados foi ampliado, modernizado e ganhou visibilidade em todo o Estado. A atual administração investiu em infraestrutura, inovação tecnológica e interiorização das ações, reforçando a presença do TJPE em diferentes regiões e contextos sociais.

Entre as iniciativas de destaque, estiveram os Juizados Itinerantes, que expandiram o atendi-

to presencial em eventos de grande concentração popular. O Juizado do Folião, no Galo da Madrugada; o Juizado do Frio, durante o Festival de Inverno de Garanhuns; e o Juizado do Verão, implantado entre



dezembro de 2024 e janeiro de 2025 nas praias de Itamaracá, Porto de Galinhas, Tamandaré e São José da Coroa Grande, garantiram a prestação jurisdicional imediata em períodos de alta movimentação. A gestão também inovou ao instalar o Juizado Itinerante do Festival Pernambuco Meu País, que percorreu cidades do interior levando cidadania e soluções jurídicas para a população.

A política de valorização e eficiência também resultou em números expressivos. Somente em 2025, os Juizados Especiais receberam 85.842 ações, proferiram 48.990 decisões, 165.610 despachos e 109.242 sentenças, além de realizar 57.410 audiências. Esses indicadores reforçam a agilidade do sistema e o impacto positivo das medidas implementadas.



Festival Pernambuco Meu País em Gravatá, onde o Juizado do Frio esteve em operação

Gestão processual mais ágil e eficiente

Implementadas em maio de 2024, as Diretorias Remotas, integradas à Central Judiciária de Processamento Remoto de 1º Grau (Cenjud), representaram uma das maiores inovações da gestão ao imprimir velocidade inédita à tramitação dos processos.

Ao longo de 2025, a Cenjud trabalhou para aproximar os serviços prestados pela instituição e o público externo, assim como otimizar o trabalho das Diretorias de Processamento Remoto de 1º grau.

Os esforços deram resultado: neste ano, o acervo geral reduziu mais de 87 mil processos, mesmo com a entrada de 624 mil processos. Nas diretorias, o acervo caiu de 845 mil para 690 mil litígios. A Central também tem trabalhado para uma maior celeridade: a média de tempo em que os processos ficam paralisados nas tarefas de cumprimento de diretoria caiu de 98 para 40 dias. A quantidade de litígios nas tarefas de cumprimento das diretorias foi reduzida de 399 mil para 222 mil.

Já o Núcleo de Revisores e Certificadores (NRC) revisou mais de 59 mil processos entre janeiro e novembro. A Contadoria também tem se destacado neste ano. O setor analisou 97% do total de feitos recebidos, o que totaliza 94 mil processos. A ideia foi estabelecer uniformidade, impessoalidade e abrangência na atuação de servidoras e servidores em todo o Estado, assegurando mais eficiência para a população pernambucana.



Equipe do Cenjud

Cidadania e acolhimento



Coordenador do Nupemec, o desembargador Erik Simões fala durante o 1º Encontro Cuidar +, que reuniu servidores e servidoras de todo o Estado

Assim como os Juizados Especiais, o Núcleo de Conciliação (Nupemec), coordenado pelo desembargador Erik Simões, também atua diretamente com a população. Os resultados da unidade são expressivos, com destaque para a 47ª Casa de Justiça e Cidadania no Estado e o 30º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

Aliás, em se tratando de Cejuscs, foram três novos: em Surubim, Ipojuca e Recife. O núcleo ampliou significativamente a política de casamentos coletivos, ação histórica do TJPE. Além disso, o Nupemec coordenou mutirões de conciliação com todo o suporte para aqueles que mais precisam da justiça.

Contribuindo para fixação de tese no STJ

Sob coordenação do desembargador Fausto Campos, a 1ª Vice-Presidência do TJPE adotou como uma das principais estratégias a seleção de Recursos Especiais Representativos da Controvérsia, afetando temas de grande relevância no País, a exemplo do PASEP, cujas teses, já definidas pelo STJ, repercutirão em mais de 190 mil processos em andamento.

Com isso, de forma inédita, em 10 anos de CPC, o TJPE pôde efetivamente contribuir na formação de uma tese de repetitivo da controvérsia junto ao STJ.

Em dois anos de gestão, foram criados, no total, 15 representativos da controvérsia, providência que atende as diretrizes estabelecidas em encontros de Vice-presidentes e pelo próprio CNJ na Recomendação 134/2022.

Também deu-se início à formalização do Acordo de Cooperação Judiciária com o Tribunal de Justiça Potiguar, para cessão de uso do sistema “Robô Soseverino”, que trata da automatização do (des)sobrestamento de processos em razão do julgamento de precedentes qualificados,

especialmente por temas de Repercussão Geral, Recursos Especiais Representativos e Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas.

Por fim, importante pontuar que, nos últimos doze meses, foram julgados mais de doze mil processos, o que demonstra o compromisso da atual Gestão com o Princípio da Celeridade Processual.

Agilidade maior no envio de recursos

Nos últimos dois anos, o tempo médio de envio de recursos ao Supremo Tribunal Federal pelo TJPE saiu de 285 dias para 26,8 dias, feito que passou por iniciativas como a reestruturação do Cartório de Recursos aos Tribunais Superiores (Cartris). Sob coordenação do segundo vice-presidente, desembargador Eduardo Sertório, esse trabalho está ao lado de outros cujos resultados têm significado



mais que relevante na prestação de serviços do Tribunal.

A 2ª Vice-Presidência do TJPE ficou à frente também de trabalhos como a migração de processos físicos do TJPE para o programa PJE. Em julho de 2025, ela celebrava o marco de 100% de processos da Justiça pernambucana tramitando exclusivamente em meio eletrônico. A inovação e a celeridade foram abraçadas pela unidade, também, em iniciativas como a incorporação da Inteligência Artificial (IA) às suas rotinas, com foco no aumento de produtividade.

100% de inspeções nos programas socioeducativos

O TJPE atingiu, no segundo semestre de 2025, a marca histórica de 100% de realização das inspeções judiciais nos programas de

atendimento socioeducativo em todo o Estado, consolidando um marco relevante para a Política Judiciária da Infância e Juventude. O resultado evidencia o fortalecimento da atuação institucional do Judiciário pernambucano na fiscalização permanente das medidas socioeducativas, em consonância com as diretrizes nacionais do Conselho Nacional de Justiça e com os compromissos assumidos no planejamento estratégico estadual.

Modelo inédito para destinar recursos de condenações para projetos sociais

O Tribunal colocou em prática uma iniciativa inédita que muda a forma como os recursos oriundos da pena de prestação pecuniária retornam à sociedade. Por meio de um novo modelo de gestão centralizada, o Judiciário pernambucano passou a reunir valores antes dispersos nas unidades judiciais e a destiná-los, de maneira estruturada e transparente, a projetos sociais em todo o Estado. A medida resultou na análise e seleção de projetos que concorrem a um montante global de R\$ 8.541.558,55, recursos provenientes de condenações criminais substituídas por pagamento pecuniário.

Pacificação no campo

O TJPE não mediu esforços para buscar a resolução de conflitos no interior. Presidida pelo desembargador André Rosa, a Comissão Regional de Soluções Fundiárias, atuou em todo o Estado, sempre lutando pela negociação, pelo diálogo. Em Jataúba, foi feito um acordo sobre uma ocupação de 145 famílias em uma propriedade rural. O impasse já durava vários anos. Em Gravatá, outro acordo, que remonta a uma ocupação de

2012, está sendo concluído. No mesmo sentido, outro acordo entre as partes sobre uma ocupação de uma fazenda em São Bento do Una está perto de ser concretizado. Além disso, foi homologado um acordo sobre uma ocupação irregular em um conjunto habitacional em Caruaru, do programa Minha Casa, Minha Vida, em relação a 59 imóveis invadidos.



Desembargador André Rosa, presidente da Comissão Regional de Soluções Fundiárias



Desembargador Mozart Valadares participa de reunião com trabalhadores rurais em Jatobá, no Agreste

Cuidando das crianças e adolescentes

Outro destaque da Gestão foi o trabalho da Infância e Juventude. Pernambuco liderou o número de adoções no Nordeste e se mantém entre os Estados que mais realizam adoções no Brasil. O Programa Busca Ativa, que veicula posts humanizados com perfis de cada menino e menina que vive em instituição de acolhimento no Instagram e Facebook, foi um sucesso. Também foi lançado o Novos Caminhos, que, a partir de parcerias

com empresas e instituições privadas, pretende qualificar e inserir no mercado de trabalho jovens com 18 anos oriundos de lares de acolhimento. Além disso, foram inauguradas seis Centrais de Depoimento Acolhedor. As comarcas contempladas foram Jaboatão dos Guararapes, Garanhuns, Olinda, Cabo de Santo Agostinho, Limoeiro e Cabrobó.



O coordenador da Infância e Juventude, desembargador Élio Braz, durante inauguração da Sala de Depoimento Acolhedor, em Olinda

TJPE celebra os 10 anos da instalação da Câmara Regional de Caruaru

Em dezembro de 2024, o TJPE celebrou a descentralização e a consequente interiorização dos serviços de 2º Grau do Judiciário estadual. Foram dois dias para comemorar os primeiros dez anos da Câmara Regional de Caruaru, atualmente presidida pelo desembargador Paulo Augusto de Freitas Oliveira. A unidade judiciária, instalada no dia 5 de dezembro de 2014, é responsável pelas demandas do Agreste e do Sertão. As atividades começaram com a Sessão do Conselho da Magistratura. Em seguida, foi inaugurada a 6ª Vara Cível, no Fórum Demóstenes Veras. Ainda como parte das celebrações, o presidente do TJPE, desembargador Ricardo Paes Barreto, recebeu uma homenagem da Câmara de Vereadores. Ele se tornou cidadão de Caruaru. Para encerrar, houve uma solenidade comemorativa pelos dez anos da Câmara Regional, com descerramento de placa e homenagens. Presidente do TJPE que viabilizou a criação da Câmara em 2014, o desembargador Frederico Neves foi um dos agraciados.



Conselho da Magistratura se reúne, pela primeira vez, em Caruaru



Responsável pela implantação da Câmara Regional de Caruaru em 2014, o ex-presidente do TJPE Frederico Neves foi celebrado durante o evento de dez anos



Durante as celebrações, o presidente do TJPE recebeu o título de cidadão de Caruaru. Numa Câmara de Vereadores lotada, Ricardo Paes Barreto mostrou seu carinho para as cores da capital do Agreste

AMPLIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

Esforço financeiro permitiu ampliação da corte

O Brasil é um dos países com os maiores índices de judicialização no mundo. Em Pernambuco não é diferente. A cada ano, aumenta o número de processos que chegam no primeiro e segundo graus. Sendo assim, após esforço financeiro e com muita austeri-

dade fiscal, a gestão conseguiu ampliar o número de desembargadores e desembargadoras de 52 para 58. Novas Câmaras de julgamento foram implantadas para dar maior agilidade e eficiência à Justiça.



Novos juízes e juízas tomam posse

Também com o objetivo de dar maior agilidade à Justiça, o Tribunal realizou um novo concurso público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva para o cargo de juiz substituto e juíza substituta da instituição. Na ocasião do lançamento, o presidente destacou que os novos juízes e juízas permitirão que o TJPE melhore

a prestação jurisdicional em nosso Estado, levando uma Justiça mais eficiente e produtiva ao povo pernambucano. Presidida pelo desembargador Stênio Neiva, a Comissão do Concurso trabalhou intensamente durante um ano e meio. Os novos magistrados e magistradas tomaram posse em janeiro de 2025.



Posse dos(as) novos(as) 47 juízes(as) substitutos(as) de 1ª Entrância no dia 7 de Janeiro de 2026, na Escola Judicial de Pernambuco (Esmape).



Desembargador Stênio Neiva presidiu a Comissão do Concurso para novos juízes e juízas: um ano e meio de muito trabalho.



Concurso para servidores

Além disso, foi lançado concurso público para provimento de cargos de servidores(as) da instituição. O concurso ofereceu vagas para cadastro de reserva para os cargos de Analista Judiciário - APJ, Função Judiciária; Analista Judiciário – APJ, Apoio Especializado/Analista de Sistemas; Oficial de Justiça – OPJ; Técnico Judiciário - TPJ, Função Judiciária; e Técnico Judiciário - TPJ Apoio Especializado/Programador de Computador.

Seleção de estagiários

Em novembro passado, o Tribunal também fez a convocação de 200 estudantes para ingressar no Programa de Estágio do Poder Judiciário estadual. Ao todo, foram chamados estudantes de Direito, Administração, Ciência da Computação, História, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Biblioteconomia, Pedagogia, Design, Psicologia, Secretariado, Serviço Social, Museologia, Engenharia e Arquitetura.

Concurso para cartórios

Ainda falando em reforço de pessoal, a gestão lançou também o Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Pernambuco. O concurso buscou preencher 147 vagas. A comissão que coordenou os trabalhos é presidida pelo desembargador Alexandre

Assunção. Entre magistrados e magistradas, também integram o grupo o desembargador Luiz Gustavo Mendonça de Araújo e o (a) s juizes (a) Mariana Vargas, José Anchieta Félix da Silva, Sérgio Paulo Ribeiro da Silva, Ana Cláudia Brandão de Barros Correia e Clécio Bezerra da Silva, além de outros membros.



Desembargadores Alexandre Assunção e Luiz Gustavo em visita aos locais de prova do concurso de Delegatários de cartórios em Pernambuco.

Humanização na Gestão de Pessoas

Em se tratando de gestão de pessoas, foram muitas as conquistas. Servidores e servidoras tiveram aumentos reais de salário, reajustes de benefícios acima da inflação e, como acontece em muitas empresas privadas, agora podem folgar no dia do aniversário. Além

disso, o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) foi intensificado. Tem mais: o atendimento médico também foi fortalecido, oferecendo mais qualidade e acesso nos serviços de saúde.

MORADIA LEGAL, UM CASO DE SUCESSO

Criado em 2018, o Moradia Legal do TJPE se consolidou como uma referência nacional em matéria de regularização fundiária. Mais de 50 mil pessoas já receberam o título de propriedade do imóvel e o programa atingiu 100% dos municípios do Estado. O impulso se deveu a uma estratégia de várias frentes, consolidadas pela criação, em fevereiro de 2025, do Núcleo de Regularização e Demandas Judiciais Fundiárias (Nuref), diretamente ligado à Presidência do TJPE, que passou a gerenciar o programa. Isso deu-lhe uma dinâmica diferenciada: seis meses depois, 100% dos 184 municípios pernambucanos estavam integrados ao Moradia Legal. O programa promove a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S), garantindo o título de propriedade a famílias que vivem em núcleos urbanos informais consolidados. Representa a realização do sonho da casa própria - aquela que já existia na prática, só que dentro de uma grande insegurança jurídica.



Programa Moradia Legal do TJPE é homenageado no CNJ



Evento de entrega de 599 títulos de propriedade no bairro de Brasília Teimosa



Cerimônia onde o Moradia Legal atingiu 100% de adesão dos municípios, o que corresponde a 184 cidades pernambucanas, consolidando o sucesso do Programa

CENAS DO BIÊNIO



Presidente fala à TV Guararapes sobre projetos para agilizar a Justiça.



Presidente concede entrevista à Rádio Folha de Pernambuco. Na pauta, os avanços do Judiciário.



Presidente e equipe de assessores em uma das várias reuniões de trabalho .



Cônsul-geral do Japão no Recife, Hiroaki Sano recebe presente do presidente Ricardo Paes Barreto.



Presidente recebe homenagem da Polícia Militar de Pernambuco, entregue pelo comandante-geral, Ivanildo Torres.



Presidente participa do debate no programa de Geraldo Freire, na Rádio CBN.



Em abril de 2024, o então comandante Militar do Nordeste, Maurílio Miranda Netto Ribeiro, recebeu o presidente Ricardo Paes Barreto, o 1º vice-presidente, Fausto Campos; o 2º vice, Eduardo Sertório, e o corregedor-geral da Justiça, Francisco Bandeira de Mello.



TJPE adere à campanha Femicídio Zero. Na foto, o presidente e Dona Sandra Paes Barreto com membros das instituições que comandam a iniciativa.



Presidente com membros da Fetape, no Gabinete da Presidência.

A JUSTIÇA INTEGRADA À SOCIEDADE

O TJPE encurtou o caminho do diálogo em todo o Estado, do litoral ao Sertão. Estabelecemos e reforçamos as pontes com Governo do Estado, Assembleia Legislativa e sistema de Justiça, formado por Ministério Público, Defensoria Pública e advocacia pública e privada. Prefeituras, Forças Armadas, empresas públicas e privadas, setor produtivo, entidades de classe, representação de trabalhadores, representações diplomáticas, clubes de futebol, instituições religiosas, entidades da sociedade civil de modo geral. Todos estiveram no nosso radar. A interação foi recorrente.



Reconhecimento e gratidão às pessoas

Para reconhecer quem se destaca em nome de um Pernambuco melhor, foi criado o Diploma Desembargador Waldemir Oliveira Lins, comenda que celebra pessoas e instituições que contribuem para o fortalecimento do Estado. Vários empresários, profissionais liberais, médicos, acadêmicos e artistas e esportistas foram agraciados em belas solenidades no Salão Nobre do Palácio da Justiça.

Foram muitas as portas que se abriram e muitas as instituições que se aproximaram graças a uma política permanente de convergências em nome do povo pernambucano — povo que foi, desde o início, a prioridade das prioridades. A bandeira de Pernambuco tremulou absoluta.



Com a imprensa, transparência total

A relação com a imprensa foi pautada pela transparência e permanente diálogo. Nos últimos dois anos, o TJPE esteve de portas abertas para o jornalismo profissional de TVs, rádios, revistas e jornais impressos, podcasts, portais, sites e blogs. No total, foram divulgadas cerca de 40 mil notícias sobre o TJPE em 2 mil veículos. Mais de 90% das menções ao TJPE na imprensa no período foram positivas. Ainda na área da comunicação, o TJPE reformulou seu portal, que ficou mais fácil e intuitivo para a população. As redes sociais bombaram e o Instagram passou de 100 mil seguidores. Na área de comunicação interna, houve também muitos avanços. Destaque para o Direto da Presidência, grupo de WhatsApp em que os magistrados e magistradas têm acesso a informações, atos normativos e notícias institucionais.



Ouvindo e agindo

Comandada pelo desembargador Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, a Ouvidoria do TJPE também esteve bastante atenta para cumprir o seu papel de escutar o jurisdicionado e buscar soluções para possíveis problemas. Em julho de 2024, disponibilizou ao público seu chatbot, via aplicativo de Whatsapp, para facilitar o acesso aos serviços do Tribunal. O canal atua por meio da assistente virtual Helena, que disponibiliza respostas claras sobre os assuntos mais procurados pelos usuários e usuárias. Também auxilia em informações diversas, das questões mais simples às mais complexas. Durante o biênio, aconteceram várias audiências públicas do programa “Ouvidoria Itinerante: Escuta que Caminha”, uma ação exitosa para se aproximar das pessoas em todas as regiões de Pernambuco.



Desembargador Waldemir Tavares coordena audiência pública do programa Ouvidoria Itinerante: Escuta que Caminha, em Petrolândia



Articulação e comunicação

A comunicação institucional do Tribunal foi aperfeiçoada com iniciativas como o grupo Direto da Presidência, criação de canal no WhatsApp, novo portal de notícias, nova página na intranet e elaboração de manuais de procedimentos para o Cerimonial e Assessoria de Comunicação. Os avanços são fruto da parceria entre várias áreas do Tribunal, como Comissão Es-

tratégica de Comunicação Institucional, presidida pelo desembargador Paulo Augusto de Freitas Oliveira, Ascom, Cerimonial e Setic. Durante o biênio, a comissão promoveu diversos encontros com outras instituições, sempre buscando dialogar e compreender mais a fundo as demandas de cada uma delas.



Os desembargadores Paulo Augusto, Jones Figueiredo, Itamar Pereira e Erik Simões e a juíza Brenda Paes Barreto, que formam a Comissão Estratégica de Articulação Institucional do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Preservando a memória

Um dos grandes centros de documentação da história de Pernambuco está no Memorial da Justiça, que findou a gestão 2024-2026 com um presente para a sociedade: o Centro Cultural Digital (CCD), no Fórum do Recife Rodolfo Aureliano, disponibilizando ao público em geral um acervo com cerca de 120 mil objetos digitais. Esse foi um dos feitos da Comissão de Gestão e Preservação da Memória do TJPE, coordenada pelo desembargador Alexandre Assunção, cumprindo a tarefa de organizar, manter e disponibilizar a história do Direito judiciário de Pernambuco.



Dezenas de desembargadores compareceram à solenidade de tombamento da Estação do Brum, onde funciona o Memorial da Justiça, em abril de 2025.

O CCD conecta o passado ao futuro, com ferramentas tecnológicas que estimulam a pesquisa, a exemplo tela interativa e lounge móvel. Está ao lado de outros esforços que promoveram a história. Entre eles, as celebrações do bicentenário da Confederação do Equador; projetos de divulgação envolvendo escolas e entidades da comunidade do entorno dos equipamentos judiciários, ou mesmo com a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE. Vale ressaltar que o Tribunal promoveu também o tombamento do Memorial da Justiça na Estação do Brum, localizado no Bairro do Recife, fato que marca o reconhecimento do espaço como bem de interesse histórico e cultural, garantindo a preservação do espaço e a possibilidade de novas parcerias e investimentos. O prédio é o primeiro bem ferroviário de Pernambuco tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Reconectando famílias



Coordenador da Cefam, o desembargador Humberto Vasconcelos falou durante o 1º Seminário Diálogos Interdisciplinares sobre Alienação Parental

Presidida pelo desembargador Humberto Vasconcelos, a Coordenadoria Estadual de Família desenvolveu vários projetos no biênio. Um dos destaques foi o “Projeto Reconectar: construindo novos capítulos familiares”, que prevê a implantação de Círculos de Justiça Restaurativa para resolução de conflitos em parceria com a 1ª Vara de Família da Capital, no Fórum Rodolfo Aureliano. O objetivo da Cefam é que a metodologia de Justiça Restaurativa possa, posteriormente, ser ampliada para outras varas de família. Em abril de 2024, a Cefam promoveu o 1º Seminário Diálogos Interdisciplinares sobre Alienação Parental. O evento, realizado na Escola Judicial do TJPE (Esmape), foi promovido tendo em conta o Dia Mundial de Combate à Alienação Parental.

Redução de despesas permitiu investimentos

Grande parte dos projetos e iniciativas da Gestão 2024-2026 foi viabilizada por causa da decisão do presidente de reduzir ao máximo as despesas correntes. Só para se ter uma ideia, o Tribunal economizou cerca de R\$ 3,2 milhões com energia elétrica e R\$ 3 milhões com a devolução de prédios que, antes, eram alugados. Cortando despesas onde foi possível, tivemos fôlego para investir na atividade-fim.



E vieram os resultados

A Gestão 2024–2026 levou o TJPE a um patamar de destaque nacional, acumulando conquistas que reafirmam a qualidade, a inovação e a responsabilidade institucional do Judiciário pernambucano. O Tribunal alcançou a liderança nacional em conciliação, foi primeiro lugar no programa **Registre-se**, ocupou a primeira posição no julgamento de crimes dolosos contra a vida e atingiu o primeiro lugar no Ranking da Transparência do CNJ. Além disso, conquistou o **Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública** em duas edições consecutivas, consolidando sua referência em transparência ativa e prestação de contas. Também conquistou o **Prêmio Juízo Verde 2025**, na categoria Desempenho, resultado das ações de sustentabilidade e eficiência adotadas ao longo do biênio

Projetos institucionais também se destacaram, garantindo ao TJPE prêmios nas áreas de responsabilidade social, sustentabilidade e inovação, com iniciativas como **Justiça Aqui, Bastião, Laura e Devir**. A instituição recebeu ainda o **Selo de Linguagem Simples**, concedido pelo CNJ, que reconhece o uso de comunicação clara e acessível no serviço público.

No campo da inovação e produtividade, o **programa CGJ em Ação** – Muito Além das Metas e o apli-

cativo TJPE+ obtiveram reconhecimento nacional pelo impacto na modernização do Judiciário e na ampliação do acesso à Justiça. Na área da infância e juventude, Pernambuco alcançou destaque como um dos estados com maior número de adoções do país, reforçando o compromisso com a proteção integral e a garantia de direitos.

No início do último ano, mais um reconhecimento: números do Painel de Metas do CNJ mostraram que o TJPE superou todas as Metas Nacionais do Poder Judiciário em 2025.

PERNAMBUCO
Registre-se!



PRÊMIO
**JUÍZO
VERDE**

**JUSTIÇA
AQUI**



BASTIÃO



Representantes do TJPE recebem selo do CNJ de Linguagem Simples em Brasília.



Presidente do TJPE celebra vitórias no Prêmio de Inovação do CNJ e parabeniza magistrados e servidores. O Tribunal venceu com o Justiça Aqui e o Bastião, e foi finalista com o Laura e o Devir.





"Missão cumprida"



Eficiência, humanização
e inovação

TJPE

O projeto gráfico deste Relatório de Gestão foi inspirado na obra do saudoso artista pernambucano Francisco Brennand.